



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
PORTARIA Nº 257/2019

Pregoeiro e Equipe de Apoio

CHECK LIST PARA JULGAMENTO DA LICITAÇÃO – MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO

PAD: 16.179/2019 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2021

OBJETO: Aquisição de testadores de cabo e conectividade

1	DOS CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DA PROPOSTA	PREVISÃO DO EDITAL	SIM	NÃO	NÃO SE APLICA
1.1	O Licitante fez constar em campo próprio do sistema a descrição/marca do produto ofertado?		X		
1.2	Foi observado o valor estimado pela administração como critério de aceitabilidade da proposta?	Item 4.4	X		
1.3	Foi solicitada amostra pela(o) Pregoeira(o), com suspensão para análise da unidade competente?				X
1.4	O valor aceito contém duas casas decimais?	Item 8.5.2	X		
1.5	Foram anexados ao PAD os documentos para aceitação da proposta?				X
2	DA HABILITAÇÃO				
2.1	Foi anexada ao PAD a consulta ao SICAF?	Item 9.1.1	X		
2.2	Trata-se de ME/EPP?		X		
2.2.1	Em caso afirmativo, consta algum documento de regularidade fiscal vencido?	Item 9.2.1		X	
2.2.2	Se sim, foi concedido o prazo de 5 dias úteis para regularização nos termos da LC 123/06?	Item 9.2.2			X
2.3	Foi assinalado em campo próprio do sistema <i>comprasnet</i> declaração de que o licitante cumpre os requisitos de habilitação, vedação do inc. XXXIII do art. 7º CF/88, e requisitos legais para qualificação como ME/EPP?	Item 4.10 cc Item 9.3	X		
2.4	O Objeto social é pertinente e compatível com o objeto da presente licitação?	Item 3.2	X		
2.5	Foram juntados os demais documentos solicitados para a habilitação?	Item 9.3	X		
3	DA ADJUDICAÇÃO				
3.1	Foi juntada a ata ao PAD?	Inciso V, art. 38, Lei 8.666/93	X		
3.2	Houve intenção de recurso?	Item 19.1		X	
3.2.1	Se sim, houve recurso?	Item 19.2			X
3.2.2	Se sim, houve provimento?	Item 19.5			X

3.3	Foi adjudicado o objeto ao vencedor do certame?	Inciso XXI, art. 4, Lei 10.520/02	X		
3.3.1	Foi juntado o Termo de Adjudicação?	Inciso XXI, art. 4, Lei 10.520/02	X		
4	DA PUBLICIDADE DOS ATOS				
4.1	Foi publicado o resultado no DOU e juntada a publicação no PAD?	Art. 37, caput CF/88 cc §1º do art. 109 Lei 8.666/93	X		
5	DO ACORDÃO 754/15 – TCU				
5.1	Foi instaurado processo administrativo sancionador nos termos do referido acórdão e art. 7º da Lei 10.520/2002?	Item 18.1			X
5.2	Houve justificativa por parte do Licitante para não ocorrer instauração do processo?	Item 18			X

Fundamento legal: Leis nº 8.666/93 e 10.520/02, LC nº 123/06, Decreto nº 5.450/05.